

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2015
Pregão Presencial nº 029/2015

Aos quatorze dias do mês de outubro de 2015, na **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA**, localizada na Rua Dr. Francisco Timm, 480 – Centro – nesta cidade de Santa Rosa inscrita no CNPJ sob o n.º 01.273.946/0001-94, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. **LUÍS ANTÔNIO BENVENÚ**, brasileiro, convivente em união estável, inscrito no CPF nº 484.579.900-63, em pleno e regular exercício de suas funções, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa abaixo descrita, doravante denominada **CONTRATADA**:

Empresa:	CNPJ:
DELICIO DELMAR RAMBO EPP , pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Tuparendi, Santa Rosa, RS, neste ato representada pelo Sr. DELICIO DELMAR RAMBO , brasileiro, RG nº 1004946511, CPF nº 088.078.330-34, residente e domiciliado em Santa Rosa, RS, em pleno e regular exercício de suas funções.	18.683.835/0001-59

Resolvem nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal, bem como da Lei 8.666/93, em conformidade com o Processo nº 2256/15 de 12 de setembro de 2015, e, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 29/2015, devidamente homologado, **REGISTRAR OS PREÇOS** apresentados, **POR UNIDADE**, observadas as condições que regem o Pregão Presencial, para o fornecimento futuro e eventual dos seguintes produtos:

Fornecedor	Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
DELICIO DELMAR RAMBO	00001	ABACAXI GRANDE DE BOA QUALIDADE, UNIDADE.	80,000	UN	4,4000	352,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00002	AÇÚCAR CRISTAL KILO	140,000	KG	2,4700	345,80
DELICIO DELMAR RAMBO	00003	ADOÇANTE TIPO ESTEVIAl 100ML	4,000	UN	5,5000	22,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00004	ALFACE PÉ	24,000	UN	2,3600	56,64
DELICIO DELMAR RAMBO	00005	ALHO A GRANEL KG.	2,000	KG	20,7900	41,58
DELICIO DELMAR RAMBO	00006	AMENDOIM TIPO 1 500GR.	30,000	PCT	4,6700	140,10
DELICIO DELMAR RAMBO	00007	AMIDO DE MILHO KILO	30,000	KG	5,2500	157,50
DELICIO DELMAR RAMBO	00008	ARROZ KILO	65,000	KG	3,3000	214,50
DELICIO DELMAR RAMBO	00009	BANANA KILO	120,000	KG	2,8900	346,80
DELICIO DELMAR RAMBO	00010	BATATA INGLESA KILO	40,000	KG	3,8500	154,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00011	BETERRABA SEM FOLHA EM KILO, DE BOA QUALIDADE.	24,000	KG	3,8100	91,44
DELICIO DELMAR RAMBO	00012	BOLACHA SALGADA 400G PACOTE	85,000	PCT	4,9500	420,75
DELICIO DELMAR RAMBO	00013	CAFÉ GRANULADO 200G PACOTE	27,000	PCT	12,3700	333,99
DELICIO DELMAR RAMBO	00014	CALDO DE GALINHA KILO	4,000	KG	11,8200	47,28
DELICIO DELMAR RAMBO	00015	CANELA EM PÓ TUBO COM 100GR.	9,000	FR	4,3800	39,42
DELICIO DELMAR RAMBO	00016	CARNE MOÍDA KILO	120,000	KG	22,0000	2.640,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00017	CEBOLA KILO	60,000	KG	6,3200	379,20
DELICIO DELMAR RAMBO	00018	CENOURA KILO	45,000	KG	3,8100	171,45
DELICIO DELMAR RAMBO	00019	CHÁ COM 10 SAQUINHOS CAIXA	140,000	KG	4,2500	595,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00020	CHOCOLATE EM PÓ PACOTE 1KG.	15,000	UN	10,0000	150,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00021	CHOCOLATE GRANULADO PACOTE 1KG.	6,000	UN	15,3400	92,04
DELICIO DELMAR RAMBO	00022	CHUCHU KILO	25,000	KG	3,3000	82,50
DELICIO DELMAR RAMBO	00023	CÓCO RALADO PACOTE 1KG.	6,000	UN	23,9200	143,52
DELICIO DELMAR RAMBO	00024	COXA E SOBRE-COXA DE GALINHA	50,000	KG	8,8000	440,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00025	CREME DE LEITE EMBALAGEM COM 200GR.	60,000	UN	2,6400	158,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00026	DOCE DE FRUTAS KILO	11,000	KG	8,3600	91,96
DELICIO DELMAR RAMBO	00027	ERVILHA 200G LATA	70,000	UN	2,3400	163,80
DELICIO DELMAR RAMBO	00028	FARINHA DE TRIGO KILO	140,000	KG	2,6100	365,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00029	FEIJÃO KILO	20,000	KG	4,6700	93,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00030	FERMENTO QUÍMICO ROYAL POTE	72,000	PCT	5,5200	397,44

DELICIO DELMAR RAMBO	00031	LARANJA KILO	140,000	KG	2,8600	400,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00032	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM COM 395GR.	60,000	UN	3,8100	228,60
DELICIO DELMAR RAMBO	00033	LEITE EM PÓ - 1KG	150,000	PCT	24,7500	3.712,50
DELICIO DELMAR RAMBO	00034	LEITE LONGA VIDA CAIXA 1000ML.	120,000	L	3,3000	396,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00035	LENTILHA KILO	20,000	KG	10,0000	200,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00036	MAÇÃ KILO	120,000	KG	6,8700	824,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00037	MACARRÃO PARAFUSO/TALHARIM KILO	40,000	KG	6,0000	240,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00038	MAMÃO KILO	60,000	KG	6,0500	363,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00039	MANGA KILO	120,000	KG	5,2200	626,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00040	MARGARINA KILO	20,000	KG	6,0000	120,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00041	MILHO 200G LATA	70,000	UN	1,9500	136,50
DELICIO DELMAR RAMBO	00042	NATA 300G	40,000	PCT	4,5600	182,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00043	ÓLEO DE SOJA 900ML LATA	72,000	UN	3,9600	285,12
DELICIO DELMAR RAMBO	00044	ORÉGANO 200 GRAMAS	8,000	PCT	8,2500	66,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00045	OVOS DÚZIA	120,000	DZ	5,5000	660,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00046	PEITO DE FRANGO KG.	80,000	KG	10,1700	813,60
DELICIO DELMAR RAMBO	00047	PIMENTÃO KILO	20,000	KG	8,5200	170,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00048	PIPOCA 500G PACOTE	22,000	PCT	2,7500	60,50
DELICIO DELMAR RAMBO	00049	REPOLHO KILO	30,000	KG	3,0000	90,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00050	SAL DE COZINHA KILO	10,000	KG	1,3700	13,70
DELICIO DELMAR RAMBO	00051	SALSICHA KILO	72,000	KG	7,7000	554,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00052	SUCO 30G PACOTE	750,000	PCT	1,3700	1.027,50
DELICIO DELMAR RAMBO	00053	TEMPERO COMPLETO 250G POTE	5,000	PCT	3,0000	15,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00054	TEMPERO VERDE MAÇO	36,000	UN	2,4700	88,92
DELICIO DELMAR RAMBO	00055	TOMATE KILO	90,000	KG	6,4900	584,10
DELICIO DELMAR RAMBO	00056	VINAGRE BRANCO FRASCO	17,000	L	2,4700	41,99
DELICIO DELMAR RAMBO	00057	BISCOITO BISTEX MARIA	25,000	PCT	4,6300	115,75
DELICIO DELMAR RAMBO	00058	SALSICHÃO MISTO CASEIRO	51,000	KG	15,4000	785,40
DELICIO DELMAR RAMBO	00059	MOLHO DE TOMATE PRONTO - LATA	32,000	UN	3,9900	127,68
DELICIO DELMAR RAMBO	00060	GELATINA (UVA, MORANGO, PÊSSEGO, ABACAXI)	74,000	PCT	1,5100	111,74
DELICIO DELMAR RAMBO	00061	MASSA DE PASTEL MÉDIA	24,000	PCT	4,6700	112,08
DELICIO DELMAR RAMBO	00062	PÓ PARA PUDIM	24,000	CX	1,8100	43,44
DELICIO DELMAR RAMBO	00063	QUEIJO FATIADO	10,000	KG	25,8500	258,50
DELICIO DELMAR RAMBO	00064	PRESUNTO FATIADO	10,000	KG	25,0000	250,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00065	MAIONESE	20,000	KG	6,0000	120,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00066	KETCHUP	20,000	KG	6,0000	120,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00067	POLVILHO AZEDO	5,000	KG	8,0000	40,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00068	POLVILHO DOCE	5,000	KG	8,0000	40,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00069	TEMPERO VERDE MAÇO	36,000	UN	2,4700	88,92
DELICIO DELMAR RAMBO	00070	REFRIGERANTE (GUARANÁ, LARANJA E LIMÃO)	20,000	UN	5,0000	100,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00071	SALGADINHOS DIVERSOS	5.000,000	UN	0,7000	3.500,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00072	SANDUICHE	2.500,000	UN	3,5000	8.750,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00073	PÃO CACETINHO UNIDADE	200,000	KG	8,0600	1.612,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00074	PÃO DE CACHORRO QUENTE UNIDADE	120,000	KG	10,0000	1.200,00
DELICIO DELMAR RAMBO	00075	BOLACHA CASEIRA PINTADA KILO	110,000	KG	15,3600	1.689,60
DELICIO DELMAR RAMBO	00076	CUCA RECHEADA GRANDE UNIDADE	200,000	KG	12,8000	2.560,00
Total do Fornecedor: 42.254,45 (QUARENTA E DOIS MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)						
Total da Licitação: 42.254,45 (QUARENTA E DOIS MIL E DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)						

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro dos preços para futuras e eventuais aquisições dos produtos acima descritos, de acordo com as especificações e as quantidades definidas no anexo I do edital do Pregão Presencial nº 29/2015, que passa a fazer parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, juntamente com a proposta de preços e com a

documentação apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar, por unidade, conforme consta nos autos do processo nº 2256/15, de 22/06/2015, visando atender as necessidades do CONTRATANTE durante o prazo de validade desta Ata.

1.2. Nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93 e do artigo 7º do Decreto Municipal nº 184/10, este instrumento não obriga o CONTRATANTE a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu prazo de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

1.3. As quantidades constantes desta Ata de Registro de Preços são estimativas, não se obrigando o CONTRATANTE pela aquisição total.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser usada pelo CONTRATANTE ou por órgãos interessados em participar, em qualquer tempo, desde que autorizados pelo CONTRATANTE e desde que atendido o artigo 8º do Decreto Municipal nº 184/10.

3.2. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, pode ser utilizada por qualquer departamento do CONTRATANTE que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial nº 29/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição.

3.4. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 26/2015 pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

3.5. Cabe à CONTRATADA, beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere a Subcláusula anterior não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

4.2. A contratação regular-se-á, no que concerne a sua execução, inexecução ou rescisão, pelas disposições do Decreto Municipal nº 184/10 e do Decreto Municipal nº 226/06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02, pelas disposições do edital, desta Ata e pelos preceitos de direito público.



4.3. A inexecução total ou parcial das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as consequências previstas neste instrumento e em Lei, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e do artigo 7.º da Lei nº 10.520/02.

4.4. A rescisão antecipada do fornecimento por culpa da CONTRATADA, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador, poderá resultar na aplicação de multa de mora no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta vencedora e na suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da responsabilização da CONTRATADA pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, a qual não será excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria competente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A Seção de Material e Patrimônio será responsável pelo controle e gerenciamento desta Ata de Registro de Preços, sendo o responsável pela convocação, quando necessário, da CONTRATADA para a celebração das contratações decorrentes, mediante ordem de compra, durante o período de vigência desta Ata e nas condições estipuladas no edital da licitação.

5.2. As aquisições dos produtos ocorrerão de forma parcelada durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE, mediante a emissão de ordem de compra.

5.3. Quando a requisição de compra for emitida por órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, será da inteira responsabilidade e iniciativa deste a prática de todos os atos de administração junto à CONTRATADA.

5.4. O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento da ordem de compra, pela CONTRATADA.

5.5. A CONTRATADA ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. Os produtos descritos no anexo I deste edital deverão ser entregues pela licitante vencedora diariamente, conforme solicitado pelo CAPS Novo Rumo ou pelo CAPS AD, após a emissão de nota de empenho, sem custos adicionais e em horário de expediente da Fumssar, na Av. Flores da Cunha, nº 1322, Bairro Cruzeiro, nesta cidade.

6.2. Os produtos serão conferidos no ato da entrega, sendo que aqueles que não estiverem em condições de uso, que forem de marca diferente daquela indicada na proposta, sempre que houver, ou que forem entregues em desacordo com as especificações solicitadas, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo máximo de até 2 (duas) horas depois da entrega e conferência dos mesmos.

6.3. Os produtos que serão entregues pela CONTRATADA deverão ser da mesma marca indicada na proposta apresentada, sempre que houver, e deverão atender as especificações solicitadas, sob pena de não recebimento dos mesmos.

6.4. Não será recebido o material que for entregue/enviado pela CONTRATADA sem ter sido previamente solicitado pelo CONTRATANTE ou em quantidade superior à solicitada.

6.5. Ocorrendo a situação descrita na Subcláusula anterior, o material não solicitado ou entregue em quantidade superior à solicitada será devolvido para a CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

6.6. A entrega realizada em desacordo com as Subcláusulas anteriores poderá resultar na aplicação das sanções previstas no edital de licitação e nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado de acordo com a entrega, até 30 (trinta) dias úteis depois do fornecimento da mercadoria e a apresentação da Nota Fiscal, mediante liquidação da nota de



empenho, apresentação da guia de entrada de materiais a ser emitida pela Secretaria competente e das certidões negativas de débitos trabalhistas (CNDT), do FGTS e de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14, as quais deverão estar atualizadas e em plena vigência.

7.2. O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas para participar do certame licitatório.

7.3. A critério do CONTRATANTE, poderão ser descontados dos valores devidos os valores necessários para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A **CONTRATADA não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio dos pagamentos a que fizer jus e /ou compensação na parcela final.**

7.5. Os pagamentos serão concretizados na moeda vigente no País.

7.6. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, a CONTRATADA deverá observar, sempre que necessário, o disposto no artigo 26-A, inciso VIII, alínea “a”, do Decreto Estadual nº 37.699/97, o qual trata sobre a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

7.7. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pela CONTRATADA para o e-mail: smp@fumssar.com.br.

7.8. A nota fiscal/fatura a ser emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da licitação, a fim de acelerar o trâmite de recebimento das mercadorias e a posterior liberação do pagamento.

7.9. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e o CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata die*.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa decorrente da execução do objeto desta Ata de Registro de Preços correrá à conta da seguinte rubrica orçamentária: 16.10.10.302.0304.2.235.3.3.90.30.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preço poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações com a CONTRATADA.

9.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, o CONTRATANTE, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e por iniciar outro processo de licitação.

9.4. O CONTRATANTE, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados.

9.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a CONTRATADA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador pode:

- a) liberar a CONTRATADA do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.6. A comprovação será feita por meio de documentos, cabendo à CONTRATADA apresentar cópia de notas fiscais de compra à vista anterior e posterior ao aumento, as quais não poderão conter encargos financeiros e preço promocional.

9.7. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deve:

- a) convocar a CONTRATADA visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, a CONTRATADA será liberada do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.8. Na hipótese da CONTRATADA não efetuar a adequação dos preços aos de mercado, o órgão gerenciador, a seu critério, poderá cancelar, total ou parcialmente, a Ata de Registro de Preços.

9.9. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador poderá, desde que seja conveniente aos interesses do CONTRATANTE, cancelar, total ou parcialmente, a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da proposta mais vantajosa, sem que com isso, a CONTRATADA tenha direito a interpor recursos, ou a indenizações.

9.10. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nas formas do artigo 65, parágrafo 1.º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e por iniciativa do CONTRATANTE quando caracterizado o interesse público.

10.2. A CONTRATADA terá seu registro na Ata de Registro de Preços cancelado:

- a) a pedido, quando comprovar estar impossibilitada de cumprir com as suas exigências por ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução do fornecimento, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados;
- b) por iniciativa do órgão gerenciador, quando:
 - 1) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
 - 2) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, os respectivos contratos, ordens de compra, notas de empenho ou os instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
 - 3) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 4) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

10.3. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado mediante despacho motivado da autoridade responsável pelo órgão gerenciador.

10.4. Em qualquer hipótese de cancelamento de registro é assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Através dos servidores da Seção de Material e Patrimônio, a CONTRATANTE fiscalizará, como melhor lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas na presente Ata, notificando a CONTRATADA a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

12.2. O pagamento é vinculado ao exercício desta fiscalização pelo CONTRATANTE, mediante a emissão das guias de entrada de materiais e do controle dos prazos estabelecidos.



12.3. Resguardada a disposição das Subcláusulas precedentes, a fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

- a) agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive para rejeitar o objeto que estiver em desacordo com as especificações exigidas;
- b) exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas; emitindo as notificações que se fizerem necessárias;
- c) sustar o pagamento de notas fiscais/faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições previstas nesta Ata;
- d) solicitar a aplicação, nos termos do edital e desta Ata, de multa (s) e/ou de outras penalidades à CONTRATADA;
- e) instruir o processo com o (s) recurso (s) interposto (s) pela CONTRATADA, no tocante ao pedido de cancelamento de multa (s) e/ou de outras penalidades, quando essa discordar do CONTRATANTE;
- f) encaminhar, se necessário, ao Setor competente as solicitações de termo aditivo, devidamente motivados e comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes e garantida a defesa prévia, poderá resultar na aplicação das seguintes sanções:

- a) executar o fornecimento com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência e/ou multa de 0,5% sobre o valor total estimado da ordem de compra, a cada irregularidade praticada;
- b) Entregar produtos sem condições de uso, de marca diferente daquela indicada na proposta apresentada, sempre que houver, ou em desacordo com as especificações solicitadas: multa de 0,5% sobre o valor estimado da ordem de compra;
- c) executar o fornecimento com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias: multa diária de 0,5% sobre o valor total da ordem de compra;
- d) executar o fornecimento com atraso injustificado, além do prazo do item anterior e até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será considerado como inexecução contratual: multa diária de 2% sobre o valor total da ordem de compra;
- e) inexecução parcial do fornecimento: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 03 anos e multa de 8% sobre o valor total da proposta vencedora;
- f) inexecução total do fornecimento: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 anos e multa de 10% sobre o valor total da proposta vencedora;
- g) causar prejuízo material resultante diretamente da execução do fornecimento: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 anos e multa de 10 % sobre o valor total da proposta vencedora;
- h) apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 anos e multa de 15 % sobre o valor total da proposta vencedora, e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo que durar a suspensão.

13.2. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação a ser enviada pelo CONTRATANTE.

13.3. Caso não houver quitação da multa, o valor a ela referente será retido no pagamento a que a CONTRATADA fizer jus.

13.4. Não havendo crédito ou não havendo o pagamento, a multa converter-se-á em dívida ativa não tributária, a ser cobrada na forma da lei.



13.5. Por ocasião da aplicação das multas e outras sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

13.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, não excluindo a possibilidade de aplicação de outras, previstas no Decreto Municipal nº 184/10, no Decreto Municipal nº 226/06; na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 10.520/02, incluindo a responsabilização da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados ao CONTRATANTE.

13.7. As sanções aplicadas à CONTRATADA serão inscritas no seu respectivo Cadastro de Registro de Fornecedor do município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A CONTRATADA reconhece as prerrogativas asseguradas ao CONTRATANTE pelo artigo 58 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como os direitos do mesmo no caso de cancelamento da Ata de Registro de Preços.

14.2. As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidas no edital de licitação, no Decreto Municipal nº 184/10, no Decreto Municipal nº 226/06, na Lei Federal nº 8.666/93 e na Lei Federal nº 10.520/02, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

14.3. No caso de demanda judicial decorrente da execução desta Ata e que envolva interesse de qualquer dos partícipes, as demais partes deverão fornecer, em prazo hábil para defesa em juízo, todas as informações e documentos necessários para atuação judicial, bem como deverão participar ativamente do processo judicial, praticando todos os atos que lhes couberem, sob pena de inexecução contratual.

14.4. Os casos omissos serão analisados e solucionados à luz do Decreto Municipal nº 184/10 e do Decreto Municipal nº 226/06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02, bem como da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços ou de sua execução, as partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Santa Rosa, RS.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Santa Rosa, 14 de outubro de 2015.

PRESIDENTE DA FUMSSAR

DELICIO DELMAR RAMBO EPP

Testemunhas:



Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

